

A LUTA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES POR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO: O OLHAR DE UM MILITANTE E PROTAGONISTA NO CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Rosilda Costa Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Rosimeiry Souza Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este artigo objetiva apresentar um breve contexto histórico acerca da consolidação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no município de Anagé, situado no Território de Identidade Sudoeste Baiano, sob a ótica da história de vida de seu Diacísio Ribeiro da Rocha, fundador e integrante do MPA, no território. O artigo é desdobramento de um projeto de pesquisa, cujo tema aborda as Ações dos movimentos sociais contra o fechamento de escolas do campo: lutas e enfrentamentos. Nosso enfoque é relatar a experiência de um pequeno agricultor, militante e protagonista de Movimentos sociais do campo que luta por melhores condições de vida para a família nos espaços rurais. O trabalho está fundamentado no Materialismo História Dialético que proporciona uma leitura de realidade social em face das múltiplas determinações e do movimento dialético diante do contexto sócio histórico. Nessa perspectiva, temos a intenção de evidenciar, por meio de uma história oral e de uma revisão bibliográfica, a dinâmica do trabalho desenvolvido pelo o MPA e suas contribuições na conjuntura social e econômica, assim como as lutas e enfrentamentos desses camponeses e camponesas nos espaços rurais, em face das políticas públicas direcionadas a essa população. Os resultados apontam que a história do MPA está imbricada com a de Seu Diacísio, cujas contribuições para esse estudo foram bastante significativas. Por meio da sua fala percebemos aspectos sobre como viver em uma sociedade sustentável, do ponto de vista do trabalho agrícola e do contato com a natureza, tanto no âmbito da realidade local, estadual e nacional. Assim, compreendemos a relevância das organizações sociais para a luta e reivindicações dos direitos por melhores condições para se viver no campo.

Palavras Chave: Camponês agricultor. História de vida. Movimento dos Pequenos Agricultores. Políticas Públicas para o campo.

Introdução

O presente artigo tem entre suas finalidades apresentar uma discussão sobre a dinâmica do trabalho do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) com intuito de evidenciar as contribuições desse movimento no contexto histórico, social e político das lutas dos

trabalhadores e trabalhadoras da agricultura nos espaços rurais. Para tanto, fez-se necessário traçar o marco de historicização do MPA, assim como um recorte espacial geográfico que destacou o município de Anagé, localizado no Território de Identidade¹ Sudoeste Baiano, interior da Bahia. O MPA² é um “movimento camponês de caráter nacional e popular, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupo de famílias na comunidade camponesa” (MPA, 2005 *apud*, Görgen, 2012, p. 492).

O movimento está organizado em 17 estados brasileiros e tem o histórico de luta e organização do campesinato³ nacional. Tem como mensagem política, a produção de alimentos saudáveis com respeito a natureza para alimentação do povo brasileiro. E vem construindo uma proposta, a partir do campo, para a sociedade como um todo, a qual chama de Plano Camponês. O MPA considera que o campesinato tem três missões fundamentais: produzir alimentos saudáveis e diversificados para atender as necessidades de sua família e sua comunidade; respeitar a natureza, preservando a biodiversidade e buscando o equilíbrio ambiental; e produzir alimentos para o povo brasileiro (MPA, 2005 *apud* Görgen, 2012, p. 492).

O trabalho foi consolidado por meio de uma pesquisa qualitativa, pautada em produções de conhecimentos que revelam um “universo de significados, valores, motivos, crenças e aspirações, de processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1996, p. 22). Na oportunidade, utilizaremos elementos da pesquisa bibliográfica, por compreendermos que essa modalidade de pesquisa abarca aspectos da temática já tornada pública (MARCONI; LAKATOS, 1999). Tais investigações serão associadas à história de vida de um camponês que está entre os fundadores e articuladores do MPA, no referido Território de Identidade e no Estado da Bahia. Trata-se de um camponês agricultor batizado por Diacísio Ribeiro da Rocha. Registramos que daremos visibilidade ao seu nome verdadeiro por conta de sua solicitação. Um idoso o qual consideramos uma personalidade com grande arcabouço de conhecimentos acerca do campesinato, da luta, da organização coletiva no cenário do campo, que defende o trabalho agrícola, por uma perspectiva

¹ Os Territórios de Identidade foram conceituados pela Secretaria de Planejamento como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”.

² O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesa na sua diversidade e se coloca ao lado de outros movimentos quando propõem a conquista do poder e a construção de uma nação soberana, animada pelo horizonte e pelos valores da sociedade (MPA, 2005).

³ “O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda, que inseridos na economia capitalista. [...] O camponês, enquanto unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista” (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 118).

sustentável, cuja defesa é da valorização da soberania alimentar por meio dos alimentos orgânicos, o respeito e a preservação da natureza. Ao revelar as experiências de vida como um pequeno agricultor, evidencia os sentimentos de um camponês com raízes na terra. Homem de voz firme, autêntica, digna de um protagonista que fez, e continua fazendo, a diferença na história do trabalho na agricultura em sua comunidade local e em outras esferas, narrativa que será contada por intermédio da história oral.

Para Thompson (2002, p. 44),

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.

Nosso primeiro objetivo é historicizar os desafios desse agricultor no cenário das lutas por melhores condições de vida e de trabalho para as famílias nos espaços rurais, bem como os aspectos relacionados ao contexto da luta pela terra, pelo o direito às políticas públicas para o campo e os elementos de um cultivo agrícola com sustentabilidade⁴. O relato do camponês é marcado pelas lembranças do passado, articuladas com as contribuições dos movimentos sociais do campo que trouxeram inúmeros benefícios para os camponeses e camponesas no contexto do trabalho no campo⁵, sobretudo o MPA, que é o foco das nossas discussões. O protagonista dessa história, nasceu em “1946, na Fazenda Caçote, município de Anagé. Filho de Joaquim Ribeiro dos Santos e Honorina Ribeiro Rocha” (DIACÍSIO, 2021).

Para sistematização dos relatos utilizaremos a técnica de pesquisa de história de vida que é:

[...] uma técnica de pesquisa social utilizada pelos antropólogos, sociólogos psicólogos e outros estudiosos, como fonte de informação para seus trabalhos. [...] Por meio dessa técnica tenta obter dados relativos a experiência íntima de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto de

⁴ Sustentabilidade é um termo que começa a fazer parte do debate público a partir do que podemos chamar de advento da questão ambiental. Essa questão ambiental, que começa ser anunciada nos anos 1960-1970, diz respeito à capacidade do planeta de sustentar as sociedades humanas e seu nível de consumo de materiais e energia e a conseqüente produção crescente de dejetos e poluição (SILVA, 2012).

⁵ Segundo Alentejano (2012), o termo trabalho no campo surge devido às múltiplas formas do trabalho camponês no Brasil. Desde o trabalho marcado pela “subordinação direta do camponês ao latifúndio” e o agronegócio, como agregado, ou seja, trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, bem como os trabalhadores em espaços rurais no contexto da agricultura e da agropecuária, denominados de campesinato livre. Como exemplo temos o posseiro, o meeiro, o pequeno agricultor, o camponês e camponesa da agricultura familiar.

estudo. Por meio dessa técnica, procuram-se captar as reações espontâneas do entrevistado em face de certos acontecimentos fundamentais de sua vida. A pessoa de quem se obtém os dados, que tanto pode ser um participante, como um observador do fenômeno social relata sua própria história. O investigador, por meio de uma série de entrevista, procura fazer a reconstituição global da vida desse indivíduo, tentando evidenciar aqueles aspectos que está mais interessado, MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 123-124)

O trabalho será fundamentado nos pressupostos teóricos e filosóficos do Materialismo Histórico-dialético que se justifica pelo entendimento do movimento histórico e os aspectos que relacionam o trabalho, a sociedade e suas transformações. “O materialismo dialético, estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens” (CHEPTULIN, 1982, p. 01). Nessa perspectiva, compreendemos que ao elucidar sobre esse movimento dialético, constatamos que o pesquisador busca evidenciar vários aspectos de um conjunto de pressupostos teóricos filosóficos, proporcionando ao investigador uma visão do panorama global, particular e singular. Assim, diante do seu universo de pesquisa e do enfoque no seu objeto de estudo é que as habilidades do pesquisador se conectam com as demais visões e interpretações de mundo e da realidade no contexto histórico e social.

O campo como espaço de produção, de trabalho e de vida

Diversas literaturas e pesquisas apresentam os desafios da luta dos camponeses e camponesas no país. Desafios, cujos aspectos temporais estão demarcados desde a colonização, adentram no período da escravidão e se consolidam no período marcado após abolição com o aumento de uma população sem-terra, sem trabalho e sem perspectivas de sobrevivência. Cabe destacar que, no século XX, delineou-se uma articulação de diversos movimentos de luta no contexto das políticas agrárias, no Brasil, a exemplo das Ligas Camponesas, Movimento dos Agricultores Sem Terra, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, bem como Sindicatos, Cooperativas, Associações de Pequenos agricultores, entre outros (FERNANDES, 2003, p. 44). São movimentos de lutas contínua, cujas pautas e demandas estão registradas em todas as edições das Constituições Federais, apresentadas como documento jurídico que rege a legislação do país. Entretanto, na época marcada pela Ditadura Militar⁶ alguns dos movimentos

⁶ Sobre termo Ditadura Militar, “[...] a historiografia brasileira tem referenciado o período compreendido entre 1964 e 1985 como Estado Militar, Estado Civil-Militar, Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar, Regime Militar, Regime Civil-Militar, Ditadura Militar, Ditadura Empresarial Militar dependendo da visão política e acadêmica adotada quanto a esse objeto de estudo, excluindo o termo revolução, como alcunharam os militares e os manuais

de luta pela terra — atingidos pela pressão do cenário de violência e de risco de vida imposta pelo governo militarista — foram extintos, em razão de terem suas forças exauridas diante da luta sem êxito. Os que resistiram se reconfiguraram e constituíram como um grupo consolidado, atualmente, eles são vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Um protagonista, duas histórias e uma vida: relatos de experiência do Senhor Diacísio, militante histórico e fundador do MPA — Bahia

Trata-se de um camponês, pequeno agricultor, residente no espaço rural, no município de Anagé, interior da Bahia, que fica a 540,8 km de Salvador, capital do Estado, via BR-116. O município possui uma população, rural e urbana, de 25.216 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Anagé encontra-se entre os 24 municípios pertencentes ao Território de Identidade Sudoeste Baiano, região geograficamente marcada pelo bioma caatinga.

Segundo a narração do militante, ele junto a sua família, sempre viveram em espaços rurais e sobreviviam de tarefas relacionadas ao cultivo na agricultura: “plantavam milho, feijão, melancia, abóbora etc. para o consumo do dia a dia. Como não era o suficiente para garantir o sustento da família, trabalhávamos na diária para outras pessoas vizinhas, para ajudar na compra da alimentação” (DIACÍSIO, 2021). Nessa perspectiva, compreendemos que o modo de vida laborativa de Diacísio pode ser caracterizada como de agricultura camponesa, o que “é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural” (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 28). Entretanto, sua narrativa faz-nos compreender que, do ponto de vista das atividades laborativas na agricultura, vivia uma experiência configurada por duas dinâmicas de trabalho: o trabalho livre, por meio da agricultura camponesa, denominado por Marx (2001) de “atividade vital lúcida” (p. 116) e o trabalho alienado.

O trabalho alienado é compreendido por Cardoso, Souza e Santos (2019) como algo que

impede o indivíduo de se sentir pleno, realizado, impelido a reproduzir tal qual uma máquina aquilo que deveria ser feito com liberdade criativa e vontade. Essa realidade passiva na qual o trabalhador vive atualmente o obriga a rejeitar o trabalho, a se sentir cada vez mais frustrado e infeliz. Não há espaço para a realização pessoal, a satisfação enquanto ser pensante; o trabalho se torna um peso e uma obrigação (p. 7102).

escolares instruídos para oficializar e justificar a violência política estabelecida em nome da nação” (PADRE 2019, p. 18).

Ao mesmo tempo em que tirava da terra o seu sustento, na categoria de pequeno agricultor, também vendia a sua força de trabalho. Percebemos que ele não tinha independência no contexto econômico o suficiente a ponto de não precisar vender a sua força de trabalho, talvez esse fato seja justificado devido à falta de políticas públicas destinadas a essa população naquela época.

Nesse panorama, observamos dois aspectos que merecem destaque nessa pesquisa: o primeiro relaciona-se com os elementos da vivência do senhor Diacísio no contexto das atividades na agricultura. O segundo está relacionado às suas experiências nas lutas e nos enfrentamentos na busca por políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população camponesa, por meio dos movimentos sociais, conforme a seguinte narrativa:

Sou articulador de uma regional composta de doze (12) municípios e Anagé está incluído, mas faço parte da coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Inicialmente, criamos um movimento a nível de estado e a nível regional com a bandeira de estado, foi no dia 19 de março de 2000, onde realizamos uma grande assembleia em Vitória da Conquista, no Esaú Matos. A partir dessa assembleia foi criada uma comissão provisória estadual, já para fazer a luta (DIACÍSIO, 2021).

Os movimentos sociais do campo sempre lutaram por condições melhores para se viver nos espaços rurais, por direito à saúde, à educação, à moradia, sobretudo por uma política agrícola com o direito à terra, desenvolvimento rural e por condições necessárias para o seu uso. Sua defesa é pela perspectiva de produzir alimentos saudáveis para a família e, também, para subsidiar a geração de renda familiar, assim como, o cuidado com o meio ambiente, com a água e com a natureza como um todo.

Destaca-se, portanto, a importância do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na dinâmica do trabalho para as comunidades que vivem no campo (quilombolas, indígenas, das florestas e das águas, ribeirinhas etc.) e para a cidade (MPA, 2020). É nesse sentido que o sujeito da pesquisa vem evidenciar a necessidade de serem criados movimentos que possam auxiliar os pequenos agricultores em suas demandas, em função das particularidades e da realidade de cada município.

Conforme mencionado pelo o entrevistado,

naquele momento, a pauta da nossa luta era a questão de que o sindicato não dava nenhuma resposta que os camponeses precisavam, sindicato pelego, que ficava muito mais com os livros embaixo do braço sem nenhuma ação concreta para defender os direitos dos camponeses e camponesas. A partir daí, sentimos a necessidade de criar um movimento estadual que tivesse ligado ao movimento nacional, pois Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Rondônia já estavam atuando como movimento nacional e juntamos a eles para unir forças. Uma das causas que afligiam no momento era o endividamento com o Banco do Nordeste que os camponeses tinham feito para

aplicar no café numa linha de PRONAF⁷, que era uma linha de empresários. E aqui pelo sertão e todos os municípios da caatinga eram o empréstimo para criação de bode, com isso, deixou os agricultores endividados ao ponto de alguns camponeses nessas regiões se matar, porque não conseguiam pagar a dívida. Perdia a sua terra e tudo que tinha e não conseguia pagar o débito! (DIACÍSIO, 2021).

Diante do relato desse camponês, é possível observar que a articulação de uma organização social nos espaços rurais era uma necessidade, uma vez que na época referida, não havia uma entidade que representasse as demandas do campo, na perspectiva do trabalho na agricultura, a contento. Portanto, era urgente a necessidade de se construir um movimento que pudesse trazer na sua pasta, na sua agenda, as demandas relacionadas à realidade e às especificidades do camponês e da camponesa, na sua região de referência.

Segundo evidenciado pelo camponês, o MPA já existia em nível nacional, entretanto, era preciso fazer uma aproximação para o nível estadual, bem como regional e municipal. De acordo com depoimentos, fica clara essa necessidade para que fosse possível atender aos anseios de uma população desfavorecida por questões econômicas, climáticas, geográficas, no panorama do cultivo da agricultura. Foram nessas circunstâncias que foi criado o MPA.

O MPA nasceu da pressão da base organizada; nasceu da luta dos agricultores e agricultoras para resistir na roça; nasceu para lutar pela mudança da Política Agrícola; lutar por Crédito Subsidiado e Seguro Agrícola. Nasceu para lutar e construir um Novo Modelo para Agricultura Brasileira (MPA, 2021, *on-line*).

De acordo especificação contida no sítio virtual da organização, o MPA é um movimento social camponês, de características popular, de massa, autônomo, permanente na luta dos camponeses e camponesas, constituído por um grupo de pequenos agricultores e pequenas agricultoras, com necessidades comuns. Sua perspectiva pauta-se em construir uma nova forma de organização política e social, capaz de agregar uma unidade de modo a obter um melhor desenvolvimento ou resultado, nas esferas federal, estadual e municipal (MPA, 2021, *on-line*).

O MPA nasceu no ano de 1996, como fruto histórico da crise econômica e social na agricultura brasileira produto da abertura neoliberal dos anos 90 e do esgotamento do movimento sindical de trabalhadores rurais como instrumento de representação e luta dos camponeses brasileiros. Confluíram para formar o movimento militantes oriundos do movimento sindical combativo, da teologia da libertação e do Partido dos Trabalhadores. [...] O fato que deflagrou este entendimento para os pequenos agricultores foi a Seca que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul. Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de

⁷O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, constituído por meio do Decreto nº 1.946 de junho de 1996, que tem entre seus objetivos, enfatizamos o artigo 1º “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda” (BRASIL, 2016, *on-line*).

Sindicatos e da Federação dos Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores (MPA, 2021, *on-line*).

O MPA tem como finalidade a produção e a defesa de alimentos saudáveis para as próprias famílias e toda a população brasileira, garantindo a soberania do país. Além disso, procura resgatar a cultura e a identidade dos camponeses e camponesas, na sua diversidade, além de estabelecer uma relação mais próxima com outros movimentos sociais populares do campo e da cidade para juntos construírem um projeto popular para o país, com base na soberania e em valores que promovam uma sociedade justa, fraterna e igualitária (MPA, 2021).

A gente teve que criar um movimento (que era inicialmente apenas a nível estadual), mas diante dessa problemática, optamos para a criação do MPA a nível nacional para ter mais força. Após a criação do movimento, fomos para o enfrentamento do não pagamento da dívida contraída pelos camponeses e camponesas, pois nós fomos enrolado de toda forma, tinha uma parceria de bancos com empresários e governo que nos enrolavam e não dava condições para os trabalhadores do campo, daí nasceu o movimento em 2000, com essa bandeira da anistia do pagamento da dívida, fomos à luta e em 2002 e 2003 nós conseguimos através da organização dos trabalhadores do campo a negociação da dívida, no governo Lula, pois no governo de Fernando Henrique Cardoso não conseguimos avançar. Apesar de ter realizado mobilizações a nível estadual e nacional, ficamos acampados durante 90 dias em Brasília, não avançou (DIACÍSIO, 2021).

O MPA possui representação em todas as regiões do Brasil, está organizado em 19 estados, com seus 22 anos de existência, tem base social organizada em grupos de famílias, com quase 100 mil integrantes nas comunidades camponesas. Desenvolve um trabalho de lutas, enfrentamentos e resistência do campesinato brasileiro. Faz parte da Via Campesina⁸ Internacional, da Confederação Latino-americana de organizações camponesas (CLOC) e da Frente Brasil Popular (MPA, 2021, *on-line*).

De acordo com Diacísio (2020),

No governo Lula, tivemos um segundo encontro Nacional do MPA, realizado em Rondônia e Giparaná, no mês de dezembro com a presença do Ministro Miguel Roseto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e ali conseguimos apresentar uma proposta de negociação para resolver a questão da dívida. Em março do ano seguinte, fizemos uma mobilização em Brasília para renegociar as dívidas dos pequenos agricultores que eram um rebate de 88,0% para quitar, ou teria o prazo de dez (10) anos com esse mesmo valor para sanar o saldo devedor. E assim continuamos na luta para melhoria de estradas, energia elétrica (Luz para Todos), ou seja, tudo aquilo que a gente

⁸ A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade.

via que o urbano já tinha conseguido ou lutando para conseguir, nós como camponeses lutamos também (DIACÍSIO, 2021).

Esse depoimento remete a experiências vivenciadas pelos camponeses e camponesas, as quais foram enfrentadas com muitas tensões e preocupações para saldar a dívida adquirida para os investimentos nos trabalhos agrícolas. Tais questões passaram a ser discutidas por todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo e, em função das suas dificuldades e necessidades, organizaram uma pauta de reivindicações, ações, mobilizações, enfrentamentos, cujo objetivo principal era negociar a dívida, bem como reivindicar políticas públicas para a agricultura nos espaços rurais.

Segundo Gørgen (2012, p. 493), as principais ações desenvolvidas pelo MPA foram:

1) a formação de militantes e de famílias camponesas em temas como história do campesinato, conjuntura agrícola e agrária, cultura, relações de gênero, poder e classe, desafios da agricultura camponesa, metodologia do trabalho de base, agroecologia, reflorestamento, questão ambiental, entre outros; 2) seminários sobre educação camponesa em diversos estados, e em parceria com outras organizações do campo; 3) combate à expansão de todo tipo de monocultivo; 4) combate ao uso de agrotóxicos; 5) ampliação do MPA para outros municípios dos diversos estados; e 6) desenvolvimento da agroecologia, aumentando o número de famílias que estão em processo de transição e consolidação dessas técnicas de produção.

Essas ações são resultado da realidade dos povos do campo, tais ações demandam formação, organização, mudança, mobilização, reivindicação da classe de trabalhadores e trabalhadoras do campo por direitos que sempre foram negados durante todo o processo histórico. Compreendemos que se o capitalismo impõe e determina limites, os camponeses e camponesas devem buscar transpor essas barreiras de forma que sejam superadas as incoerências nas políticas públicas, de cunho conservador e neoliberal, direcionadas aos camponeses e camponesas.

Existe um provérbio que diz: “Deus dá o frio conforme a coberta”. E aí um dia eu estava trabalhando em São Paulo quando um cara me contrariou com essa fala, dizendo que queria vê, um filho de servente de pedreiro se tornar engenheiro, pois o Deus da gente era um Deus injusto! (DIACÍSIO, 2021).

No discorrer da narrativa, o Senhor Diacísio revelou que ficou muito angustiado e revoltado com a afirmação “Deus é injusto”, proferida pelo colega de trabalho. Foi nessa perspectiva que passou a fazer uma reflexão sobre igualdade e justiça social, a ponto de “entender que a questão, não era a questão Deus, era a questão da exploração do capital sobre o trabalho da gente por isso passamos por tanta dificuldade” (DIACÍSIO, 2021). Diante do exposto, é possível inferir que a palavra exploração do trabalho, mencionada pelo militante, possui uma relação direta com o trabalho alienado, isto é, uma “[...]implicação imediata da

alienação do homem a respeito do produto do trabalho, da sua vida genérica, é alienação do homem em relação ao outro homem” (MARX, 2001, p. 117). Tal discussão está vinculada ao que os marxistas denominam de contradição, aos aspectos associados aos conflitos da sociedade burguesas e ao modo de produção, os quais colocam o homem e a mulher na condição da exploração do trabalho que se transforma em mercadoria.

O entrevistado segue o enunciado e relata que foi em razão dessa angústia e com a finalidade de esclarecer algumas dúvidas em relação à exploração do trabalho que adentrou na Comunidades Eclesiais de Bases — CEBs, no ano 1982, pois de acordo sua narração, essa organização possibilitava “um debate muito importante da Teologia da Libertação”. Diacísio também narra que

em seguida construímos o Partido dos Trabalhadores – PT e a Central Única dos Trabalhadores, onde eu cheguei a ser presidente da CUT⁹ Regional do Sudoeste — CRS, mesmo sem conhecimento. [...] A partir daí, em 1982, eu não desistir mais e vi que eu precisava avançar mais, ajudar na tentativa de conseguir convencer pessoas para entrar no processo também [...]. A militância que já saiu dessa nossa região é muita. Muitos não militam mais porque tiveram que sair em busca do trabalho, e o trabalho ocupou o tempo deles, mas tem consciência do processo da luta.

Nessas circunstâncias, percebemos que a CEBs, por meio da Teologia da Libertação, teve uma grande participação e contribuição naquele período, com orientações, debates, organização e conscientização do povo para amalgamar o processo de organização, de militância e de conquista de melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Desenho de um novo modelo de desenvolvimento para o campo: plano camponês

Conforme apresentado pelo o senhor Diacísio, o MPA tem entre as suas diretrizes um plano de ação que auxilia no planejamento e nas atividades de elaboração e de articulação das propostas para possíveis políticas públicas que poderão ser implantadas nos espaços rurais, no contexto nacional, ou seja, o Plano Camponês. Desse modo, o MPA, juntamente com outros movimentos sociais do campo, elaborou uma proposta que continha as necessidades e as realidades do campesinato, com eixos específicos, no intuito de reafirmar o projeto histórico de sociedade na perspectiva das políticas agrárias sustentáveis. Esse documento foi pensado e construído de forma coletiva pelo o Movimento dos Pequenos agricultores (MPA) com

⁹ Central Única dos Trabalhadores.

contribuições de intelectuais, militantes, bem como por meio do resultado das lutas e das experiências consolidadas pelo o movimento dos pequenos agricultores e a Via Campesina Brasil.

Destacaremos no Quadro 1, a seguir, a forma pedagógica em que foram estruturados os eixos temáticos do referido projeto.

Quadro 1 — Estrutura organizacional do Plano Camponês

Eixo	Foco	Objetivo
Eixo 1	Campeinato e história	Afirmação dos camponeses e dos povos originários e tradicionais como a base do desenvolvimento do campo;
Eixo 2	Soberania	Biodiversidade, hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial;
Eixo 3	Terra e território	Reforma agrária, ocupação popular do território e projeto demográfico, cultura educação, saúde e comunicação;
Eixo 4	Nova base produtiva	Agroecologia camponesa e abastecimento popular, cooperação, agroindústria e nova ciência e tecnologia;
Eixo 5	Nova geração camponesa e feminismo camponês e popular	A construção de uma geração camponesa com base no acesso à terra e ao território, à agroecologia camponesa e ao abastecimento popular, bem como pelo desenvolvimento de novas relações sociais que superem o capitalismo e o patriarcado.

Fonte: Elaborado por meio das informações obtidas no *site* do MPA (MPA, 2021, *on-line*).

O Quadro 1 mostra de forma sintética o projeto político de desenvolvimento para os povos do campo, para tanto representa os anseios e os interesses mais abrangentes do campeinato, suas lutas para construir um plano que, de fato, atendesse as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras dos espaços rurais.

A luta continua. Avançamos nas questões de vários projetos, mas precisamos intensificar a luta com novos projetos. Temos uma proposta do Plano Camponês que é uma proposta de inclusão social, de uma sociedade diferente. E aqui em Anagé não foi diferente, o endividamento também era muito grande da mesma forma dos outros municípios e como eu sou dessa região, nós articulamos vários grupos de base para fazer essa luta também, ocupando bancos, caixa econômica e a luta se estendeu também em relação à moradia. Não existe um plano de moradia para o campo, enquanto a cidade tinha o plano habitacional (Minha casa minha vida). E a partir daí travamos uma luta e conseguimos construir um plano de moradia camponesa, iniciando pelo o estado do Rio Grande do Sul e se estendeu para o espírito Santo, Rondônia, Bahia, Piauí, Alagoas e todo Brasil. Anagé foi incluída nesse projeto e já conseguimos construir mais de 40 casas para a nossa base (DIACÍSIO, 2021).

O Plano camponês é aberto e pode ser desenvolvido em todos os entes federados. Vale ressaltar que a experiência vivenciada pelo estado do Rio Grande do Sul comprova que é possível construir novas políticas públicas para os camponeses e camponesas, o que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos povos do campo. Nessa perspectiva, a sua materialização é um trabalho construído de forma coletiva e organizada perante as necessidades

e realidades dos povos que vivem nos espaços camponeses. O Quadro 2, a seguir, apresenta resultados referente às reivindicações e conquistas do movimento.

Quadro 2 — Algumas conquistas do MPA

Ano	Conquistas do movimento
1996	O “cheque seca”;
1997	Greve de Fome de 17 dias, conquista do Pronafinho Custeio;
1998	O Pronafinho Investimento;
1998	Início da luta por habitação por Habitação;
2002	Primeiras conquistas de moradias no campo;
2003	Criação do Programa de Aquisição de Alimento — PPA, com a participação do MPA;
2003	Luta por eletrificação no campo que resulta em “Luz para Todos”;
2003	Estudos da História do Camponato no Brasil e elaboração do Plano Camponês;
2004	Conquista do Seguro Agrícola e mais crédito para produção de alimentos;
2008	Primeiros projetos públicos de aquisição e produção de sementes crioulas e assistência técnica com foco na Agroecologia e nos alimentos saudáveis;
2013	Primeiros Projetos do Programa Camponês, no Rio Grande do Sul;
2013	Ocupação da multinacional dos venenos, Monsanto, em Juazeiro — Bahia, enfrentando o agronegócio da comida envenenada, em defesa da terra para produção de alimentos saudáveis e proteção da natureza
2014	O Brasil saiu do Mapa da Fome, conquista camponesa ancorada em políticas públicas construídas com governos democráticos;
2015	I Congresso Nacional do MPA em São Bernardo do Campo (SP)
2017	Greve de Fome de 10 dias na Câmara dos Deputados que impediu a aprovação da reforma da previdência contra as famílias camponesas;

Fonte: Elaborado com base nas informações de Görger (2021).

Desse modo, compreendemos que as conquistas apresentadas revelam a relevância das organizações sociais do campo nas lutas e nas reivindicações por direitos e melhores condições de vida no campo. Nesse sentido, e em consonância com o senhor Diacísio, enfatizamos a importância da implementação das políticas públicas para esses espaços. O Quadro 2 demonstra o registro histórico de várias ações e conquistas dos movimentos sociais do campo no país, com enfoque para o MPA, também presente do discurso e na vivência da realidade local do protagonista dessa história.

Considerações finais

Nossas considerações acerca dos relatos requerem o destaque para dois fatores essenciais na dinâmica desse estudo, a vivência do senhor Diacísio, assim como suas experiências com Movimento dos Pequenos Agricultores. Não podíamos deixar de exaltar a sua história que está fortemente amalgamada com a história do MPA. Suas contribuições para a elaboração desse estudo foram por demais significativas. Cabe destacar que os relatos aqui apresentados não esgotam a história do senhor Diacísio, pois sua luta é contínua, pois diante da

sua fala percebemos que ele faz um convite ao compromisso, ressaltando os aspectos de como viver em uma sociedade sustentável, do ponto de vista do trabalho agrícola e do contato com a natureza, segundo ele, “nossa bandeira é a sustentabilidade! Produzir alimentos saudáveis, agroecológicos. Fora transgênico! Contra os agrotóxicos” (DIACÍSIO, 2021). Esse lema tem que estar latente no comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo todo dia.

Nesse sentido, ressaltamos que o sujeito da nossa história traça, com muita precisão e consciência, questionamentos importantes acerca da sua participação e das suas contribuições no MPA, tanto no âmbito da realidade local (município de Anagé, Território de Identidade do Sudoeste Baiano), quanto no estado da Bahia e em esfera nacional. No discorrer das atividades observamos seu compromisso com a militância, principalmente nos aspectos relacionados à formação política, pois é preciso compreender a realidade, a conjuntura política e econômica, para que possamos perceber e elaborar estratégias de enfrentamentos às injustiças, bem como tomarmos posicionamento em relação a essas questões, as quais colocam o homem e a mulher em situação de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, compreendemos a relevância das organizações sociais para a luta das reivindicações dos direitos por melhores condições para se viver no campo. É nesse sentido que inferimos a necessidade da implementação de políticas públicas para esses espaços, conforme confirmado pela narrativa do nosso sujeito sobre a importância da atuação em movimentos sociais do campo.

Tal movimento tem como base a organização, a elaboração de estratégias, a formação política para os militantes mediante estudos sobre o passado e o presente no contexto histórico, social, político e econômico, além de evocar outras temáticas para a afirmação dos camponeses no campo, na perspectiva do “trabalho vital lúcido”, isto é, suas atividades camponesas no contexto sustentável.

O plano aponta propostas que possibilitam suprir as necessidades dos camponeses no contexto de suas realidades nos espaços rurais locais, a exemplo dos projetos para habitação, da construção de cisternas, das políticas de abastecimento hídrico, do programa luz para todos, do fomento a investimentos na produção agrícola e geração de renda. Além disso, esse plano destaca políticas para a criação e manutenção da produção e distribuição de um banco de sementes crioulas, bem como a aquisição de equipamentos e assistência técnica, com a finalidade de facilitar, garantir e melhorar o processo produtivo dos trabalhadores e trabalhadoras nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Trabalho no campo. *In.*: Caldart, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação do campo**. 2ª Edição Rio de Janeiro - São Paulo. Expressão Popular 2012.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto 1946 de 28 de junho de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art. Acesso em abril de 2021.

CARDOSO, Jafé da Silva; SOUZA, João Nascimento; SANTOS, Arlete Ramos dos. Trabalho e alienação: a categoria docente e a perda do sentido do trabalho. **VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional. Seminário Gepráxis**. Vitória da Conquista — Bahia — Brasil, 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9340/9143>. Acesso em: abril de 2021.

CARVALHO, Horacio Martins de. COSTA, Francisco de Assis. *In.*: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação do campo**. 2ª Edição Rio de Janeiro - São Paulo. Expressão Popular, 2012.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista categorias e leis da dialética**. Alfa-omega, 1982.

COSTA, Francisco de Assis e CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. *In.*: Caldart, Roseli Salete *et al.* **Dicionário de Educação do campo**. 2ª Edição Rio de Janeiro - São Paulo. Expressão Popular 2012.

FERNANDES, Bernardo Bernardo Mançano . Via campesina. *In.*: Caldart, Roseli Salete *et al.* **Dicionário de Educação do campo**. 2ª Edição Rio de Janeiro - São Paulo. Expressão Popular 2012.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio. Movimentos dos Pequenos Agricultores. *In.*: Caldart, Roseli Salete *et al.* **Dicionário de Educação do campo**. 2ª Edição Rio de Janeiro - São Paulo. Expressão Popular 2012.

GÖRGEN, Frei Sérgio. **Os 25 anos do Movimento dos Pequenos Agricultores**. Brasil de Fato. Porto Alegre – RS, 19 de jan. 2021. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/artigo-os-25-anos-do-movimento-dos-pequenos-agricultores-mpa>. Acesso em: mar. de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Anagé**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Anag%C3%A9>. Acesso em: abril de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. Livro 1. Trad. De Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1996.

MPA, Movimento Dos Pequenos Agricultores. **O MPA e a resistência camponesa:** História, proposta, princípios e organização. Documento Interno, 2005.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Quem Somos.** Site Nacional do Movimento. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: mar. de 2021

SEPLAN, Secretaria de Planejamento. **Territórios de Identidade.** Página virtual da SEPLAN, 2020. Disponível em:

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20O%20territ%C3%B3rio%20%C3%A9%20conceituado,relativamente%20distintos%2C%20que%20se%20relacionam.> Acesso em: dezembro de 2020.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Sustentabilidade. *In.*: Caldart, Roseli Saete *et al.* **Dicionário de Educação do campo.** 2ª Edição Rio de Janeiro - São Paulo. Expressão Popular 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Rosilda Costa Fernandes

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação — PPGED pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.1. Licenciada em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1996), Especialista em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2001), Professora do Ensino Fundamental na rede Municipal de Vitória da Conquista (1988 a 2013). Atualmente, professora do Ensino Médio na Rede Estadual do Estado da Bahia, desde 2000. Membro do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação (GPEMDEC). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC/CNPq). E-mail: fernandesrosilda@bol.com.br

Rosimeiry Souza Santana

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB. Especialização em Educação e Diversidade Étnico Cultural, pela UESB. Bacharelado em Psicologia, pela Faculdade Juvêncio Terra. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC/CNPq). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC/CNPq). E-mail: rosysantana007@hotmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Pós-Doutorado pela UNESP, Doutora em Educação pela FAE/UFMG, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB e professora da Pós-graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz — UESC, Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas da Educação — CEPECH/DCIE/UESC, com registro no CNPQ. E-mail: arlerp@hotmail.com